



Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1.989
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tadeu Lúcio Machado e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (40).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Homero Oguido, José Alves, José Felinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Rafael Greca e Sabino Campos (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n. 50/89, que objetiva ajustar o lançamento do IPVA de que trata a Lei n. 8.925 de 28.11.88.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 19/89, que declara de utilidade pública estadual a "Associação de Artes Marciais Katá Shubudô-Ryu", com sede e foro em Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 722

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo art. 100 do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 80/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) VERA AGIBERT

REQUERIMENTO Nº 718

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve propõe a esta Casa, ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Eduard Guérios, ocorrido nesta semana na Cidade de União da Vitória.

Propõe mais que da manifestação de pesar desta Casa, seja dado conhecimento à família do extinto, conforme endereço abaixo.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Eduard Guérios era comerciante em União da Vitória, onde desaparece aos 68 anos de idade, deixando três filhos: Eduard Guérios Júnior, médico; Hilton Eduard Guérios, empresário e Mário Eduard Guérios, também empresário.

Filho dos saudosos Tufi e Nagibe Mussi Guérios, o extinto era irmão do ex-prefeito de União da Vitória, Farid Guérios e além de empresário de tradição, militou na política municipal, tendo sido vereador.

Endereço: Srs. Mário e Hilton Eduard Guérios

R. Professora Amazília, s/n
"Casa o Gordo e o Magro"
União da Vitória - PR

REQUERIMENTO N° 719

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CLÁUDIO ANTÔNIO RASLER, ocorrido na Linha São José no Município de Missal, dia 21.04.89.

O fato abalou de forma profunda a localidade, pois foi um dos pioneiros; conquistou um grande número de amigos e sempre viveu cercado de seus parentes e demais moradores do Município.

Desta decisão, Requer seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço:

Sr.^a Ilse Maria Rasler
Linha São José

Município de Missal - PR

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de congratulações e o envio de cumprimentos pela passagem da data alusiva aos 82 anos de fundação do jornal "DIÁRIO DOS CAMPOS", de Ponta Grossa, manifestação essas atribuídas à pessoa do Sr. ERCÍLIO SLAVIERO, Diretor-Proprietário, ao Dr. HENRIQUE DYNIEWICZ, Diretor-Presidente e aos demais membros integrantes da Diretoria daquele destacado órgão de divulgação, pela significativa representatividade e brilhantismo com que vem conduzindo aquele matutino.

Desta decisão, Requer ainda, seja dada ciência aos homenageados, no seguinte endereço: R. Teodoro Rosas, n° 871 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora se submete à apreciação deste douto Plenário, tem por objetivo levar à administração deste importante veículo de divulgação paranaense a nossa homenagem, como reconhecimento pelos relevantes serviços prestados à sociedade paranaense como um todo, levando a informação, registrando fatos e construindo, no dia-a-dia, cada um de nós.

Assim, não poderíamos deixar de registrar aqui, uma síntese da sua história, que em si confunde-se com a história do próprio Município, feita de lutas e da no-

breza de espírito de personalidade que, de uma forma ou de outra, deram significativa contribuição ao engrandecimento de Ponta Grossa e, por extensão, do Paraná.

Fundado a 27 de abril de 1907, numa iniciativa do saudoso Jacob Holzmänn, o "Diário dos Campos", recebeu como primeiro nome "O Progresso", nome que conservou até 1912, passando a chamar-se então "Diário dos Campos", com o sub-título de "O Progresso", sob a razão social de Holzmänn & Couto. Já em 1932 passa à direção José Hoffmann.

Em 1963, o "Diário dos Campos" passa a ser administrado pelo Grupo Slaviero, sob a razão social de "Impressora Campos Gerais Ltda.", permanecendo até hoje sob a Direção de Ercílio Slaviero, seu mais antigo Diretor e Dr. Henrique Dyniewicz, Diretor-Presidente, além de outros membros que integram aquela administração, a quem hoje rendemos esta homenagem e com regozijo partilhamos do mesmo júbilo.

REQUERIMENTO N° 729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações pela comemoração do 7° aniversário do Município de Altamira do Paraná, evento que dar-se-á no dia 27 próximo vindouro.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Senhor Luís Fernando Vecchi, digníssimo Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Sua existência data de 1961, ainda como Distrito pertencente ao Município de Palmital. Em 1982, emancipou-se, tornando-se o Município de Altamira do Paraná.

Hoje, ao completar 7 anos de existência, possui 13.510 habitantes; a rede escolar composta de 24 escolas rurais e 2 estaduais, sendo uma delas de 1° e 2° graus, comportando, atualmente, um total de 2 mil alunos.

Sua base sócio-econômica é a agropecuária, possuindo a localidade a cooperativa da COAMO e indústrias de laticínios.

Encontra-se em franca expansão, podendo tornar-se um grande Município e contribuidor expressivo na economia paranaense.

REQUERIMENTO N° 731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pelo "Dia do Contabilista", comemorado em 25 de abril de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor RILES MÁRIO KOPS, Mui Digno Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, situado à R. Mal. Deodoro, 500 - 11º andar, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência - L.B.A., solicitando gêneros alimentícios e cobertores para a creche São José, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A creche São José atende dezenas de crianças do Jardim Alvorada, prestando relevantes serviços àquela comunidade. Entretanto, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de gêneros alimentícios e cobertores.

REQUERIMENTO N° 713

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor ÁLVARO DIAS, Governador do Estado do Paraná, solicitando a implantação de um terminal de calcário no Distrito de Mauá da Serra, no Município de Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 26.04.89

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação está sendo encaminhada pela Associação dos Municípios do Vale do Ivaí, que em reunião de Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 24 de fevereiro de 1989, no Município de Kalloré, aprovou por unanimidade de votos a referida proposição.

Argumentamos ainda, que a implantação de um terminal de calcário no referido Município beneficiará também toda a região do Vale do Ivaí.

REQUERIMENTO N° 714

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Arnaldo Baccarim, Digníssimo Superintendente da SUREHMA, solicitando instalação do escritório da mesma no Muni-

cípio de São João do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O acima mencionado justifica-se face a grande necessidade de que seja instalado com urgência na sede do Município de São João do Ivaí, um escritório da SUREHMA, para dar atendimento à população de toda a região.

REQUERIMENTO N° 716

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Antônio Lopes de Noronha, solicitação que objetiva a implantação de Delegacia da Mulher no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação resulta de antiga aspiração da comunidade local e árdua luta das entidades femininas de Paranaguá, que objetiva melhor aparelhar a polícia local, mormente com a criação de delegacia especializada, que, a exemplo de Curitiba e outros centros, venha a facilitar a apuração de crimes praticados contra a mulher.

Como se sabe, nas localidades onde não existe tal delegacia o número de queixas apresentadas é infinitamente menor aos verificados nos municípios em que funcionam delegacias da Mulher. Isto ocorre, tendo em vista o constrangimento que estas se submetem especialmente em caso de violência sexual.

Urge, pois, seja instalado na Comarca de Paranaguá, cujo volume de violência contra a mulher tem crescido assustadoramente nos últimos anos. Por estes motivos e por considerar de grande importância o solicitado, é que trago tal proposição à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 717

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitação de que seja instalado no Posto de Saúde de IPORÁ, um aparelho telefônico.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Posto de Saúde do Município de Iporã não possui aparelho telefônico e sabendo-se que a ausência de tal equipamento vem causando sérios transtornos a seus funcionários e em consequência à população.

Segundo sugestão do Vereador DORIVAL PASSARELLA, a implantação do citado pedido é muito importante para a comunidade, e que vem enfrentando várias dificuldades pela falta de um meio de comunicação, é que solicito que seja estudada a possibilidade de atendimento ao pleito.

Por estes motivos e por considerar de grande importância o solicitado à comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, REQUER envio de expediente ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando as seguintes informações:

- Qual o montante dos recursos repassados à Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul durante o exercício de 1988, via Ministério da Educação, no que se refere a construção de quatro escolas rurais, localizadas em assentamentos rurais do Município?

- O cronograma de construção destas escolas está sendo cumprido?

- Qual a data prevista para a conclusão dessas escolas?

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a instalação de laboratório de análises clínicas e gabinete odontológico no Posto de Saúde de Roncador.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A população menos favorecida economicamente, daquele município, está reivindicando junto à Prefeitura local a instalação de laboratório de análises clínicas e gabinete odontológico.

Trata-se de uma reivindicação justa, que conta com o apoio do Prefeito Munici-

pal, Pedro Gluchak.

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Professora Gilda Poli Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a construção de mais 4 salas de aula no Colégio General Carneiro, de Roncador.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio General Carneiro, localizado na Cidade de Roncador, atende atualmente um número de alunos superior ao número determinado por sala de aula. Com o crescimento do número de alunos e de vagas para o próximo ano letivo, é necessário construir mais 4 salas de aula, conforme reivindicações sucessivas do Prefeito Municipal daquela localidade, Pedro Gluchak.

REQUERIMENTO N° 730

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o encaminhamento de pedido de informação à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, baseada nos seguintes termos:

A Assembléia Legislativa atendendo ao convite do Governo Alemão, enviará comissão de Deputados àquele País.

Solicito da Mesa, as seguintes informações:

a) Quais os Parlamentares que comporão a Comitativa?

b) Quais os critérios usados para a escolha dos mesmos?

c) Quanto a Assembléia Legislativa gastará com a referida excursão?

d) Qual o objetivo da viagem?

e) Na hipótese do Poder Legislativo financiar parcela da excursão, indaga-se da Mesa se o auxílio será em moeda estrangeira ou nacional; se estrangeira explicitar se no câmbio oficial ou no paralelo?

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja transcrito na Ata da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, para que conste dos Anais da Casa, o artigo intitulado "GREVES": JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO TEM CULPA?", de autoria do professor JOÃO RÉ-

GIS FASSBENDER TEIXEIRA, publicado no Jornal "Indústria e Comércio", de 19 do corrente.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) ANTONIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

O advogado, professor e jornalista JOÃO RÉGIS FASSBENDER TEIXEIRA, é uma das grandes autoridades não só do Paraná, mas do Brasil, em Direito do Trabalho.

No artigo em questão, ele analisa a grave situação das greves no País e mostra como se encontra a Justiça do Trabalho, carente de recursos e de condições para atuar com desenvoltura e a necessária rapidez. Sua conclusão é de que "precisamos urgente de regulamentação ao direito de greve".

Faço à oportunidade do tema e ao enfoque que lhe é dispensado, espero que os nobres Senhores Deputados deem ao presente requerimento a necessária aprovação.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 100/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- As eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios que tenham sido criados até 15 de julho de 1989, serão realizadas no dia 15 de novembro de 1989, devendo a posse dos eleitos ocorrer no dia 1º de janeiro de 1990.

Art. 2º- O mandato dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores eleitos de acordo com esta lei coincidirá com a dos prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos demais municípios, eleitos em 15 de novembro de 1988, terminando a 31 de dezembro de 1992.

Art. 3º- Aplicam-se nas eleições de que tratam os artigos anteriores à mesma legislação eleitoral partidária e outros dispositivos aplicáveis nas eleições para Presidente da República, de 15 de novembro de 1989.

Art. 4º- O Tribunal Regional Eleitoral expedirá instruções para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 5º- Fica o Poder Executivo autorizado a destacar crédito especial na forma requerida pelo Tribunal Regional Eleitoral, para fazer face às despesas relativas à efetivação do processo eleitoral estabelecido pela presente lei.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

Até o dia 15 de julho de 1989, serão criados vários municípios, muitos dos

quais já estão em fase de plebiscito.

Com a realização de eleições para prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nos municípios emancipados até a data em apreço, simultaneamente com as de Presidente da República, certamente se evitará despesas relativas à efetivação de processo eleitoral em outra data.

Outro fator fundamental que nos leva a apresentar tal proposta é o fato de que um município emancipado terá sérias dificuldades na sua área, com relação à assistência que deveria receber do município a que pertencia. A perda de interesse do Município-mãe em investir no emancipado é inevitável, pois sabe a sua administração que os investimentos não darão retorno à sua municipalidade.

Trata-se, portanto, de proposição oportuna que entendemos merece o apoio dos nobres Pares desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à Tribuna para deixar aqui o protesto deste Parlamentar da Bancada do PDT e tenho certeza de que encontrei eco na posição dos demais parlamentares.

Venho para falar a respeito da COPEL, porque agora mais uma vez o consumidor vai ter que arcar com mais dinheiro para pagar a sua conta de luz. E hoje, inclusive, o jornal "O Estado do Paraná", traz uma matéria para realmente chamar a atenção do consumidor e das autoridades e em especial do Governo do Estado para este assunto.

A COPEL explica que 25% do ICMS da luz viram 33,33%.

Os consumidores de energia elétrica do Paraná estão reclamando da forma de cobrança do ICMS nas contas da COPEL. Aliás, recebi, hoje, 28 telefonemas no meu programa na rádio, somente sobre este assunto. A reclamação principal é de que o percentual cobrado não é de 25% conforme determina a lei, mas de 33,33%.

O departamento de comunicação da empresa deu ontem uma explicação para essa diferença. Uma explicação que na verdade não explicou nada e confundiu mais ainda a cabeça do consumidor. Segundo a COPEL o problema é de interpretação.

Quer dizer, agora vamos ter que contratar um intérprete, contratar um economista, um contabilista e, aliás, ontem foi o "dia do contabilista" teremos que contratar técnicos para ler, para decifrar os números das contas da COPEL.

É realmente uma situação lamentável.

A assessoria de imprensa da COPEL diz

que o problema é de interpretação do texto legal. Por exemplo, quando pega-se uma casa que consome o equivalente a 100 cruzados novos, o consumidor acredita que a conta deve ficar em 125.

O problema é que quando se retira 25% desse total para ser enviado ao Governo Estadual, a COPEL fica com apenas 93,75% enquanto o Governo recebe 31,25%.

Como esse percentual não seria o suficiente para que a empresa pagasse seus custos de funcionamento, ela tem que calcular por fora, ao invés de calcular por dentro.

Está dando para compreender companheiro? É uma confusão total o que a COPEL nos explica aqui, ou seja, calcula qual é o total necessário para que tirados os 25% da conta, reste o suficiente para pagar os custos. No caso acima citado o valor seria de 132,50 cruzados. O Governo recebe 32,50 cruzados novos e a COPEL fica com 100 cruzados.

Um outro problema que tem assustado os consumidores é o aumento do valor do ICMS nas contas do mês passado para este. E a empresa vem mais uma vez e explica que o motivo é a data da leitura dos relógios que medem o consumo. Por exemplo, numa casa em que a primeira medição se deu 17 de março, foi feita a cobrança do imposto apenas sobre 17 dias. Ele entrou em vigor no dia 1º de março.

Já na medição de 17 de abril será cobrado o ICMS sobre o mês inteiro.

O Departamento de comunicação da COPEL, garante que, com a entrada do ICMS a maioria dos consumidores pagará menos que no tempo em que havia imposto único sobre energia. Para 87% deles, ou seja, aqueles que consomem até 223 kolowatts a alíquota é inferior.

Só para completar, Senhor Presidente, para deixar marcado aqui o meu protesto, com relação à tentativa que a COPEL faz para explicar uma coisa que é inexplicável para a nossa cabeça, para a cabeça do consumidor, para aquele que mora na periferia, que paga a conta com muita dificuldade e que agora se vê até burlado, em consequência dessa alteração, dessa matemática, dessa interpretação que a COPEL quer que cada um tenha.

É lamentável, fica aqui o nosso protesto e esperamos que a COPEL venha, o mais rápido possível, com objetividade, explicar como é que se procede esta cobrança da conta de luz, em relação ao ICMS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta o PT se fará uso do seu Horário.

Havendo declinado, consulto o PL.
Declina.

Consulta o PDS.

Declina.

Havendo declinado consulto o PDC.

Declina.

Havendo declinado consulto o PTB.

Declina.

Havendo declinado consulto o PFL.

Declina.

Havendo declinado, consulto o PDT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Nós ocupamos a tribuna deste Poder, hoje, para relembrar as nossas palavras no dia 09 de abril de 1987, portanto, há mais de dois anos, quando dizíamos da importância de um novo corredor da Ferrovia da Produção, principalmente no trecho Curitiba-Paranaguá.

Não somos, entretanto, vanguardistas na causa. Ontem requeremos à douta Mesa Executiva a transcrição, nos anais deste Poder, o artigo "OS TRILHOS DE NOSSA DESTINLIÇÃO", publicado no jornal "Gazeta do Povo", exatamente pela oportunidade que nos ofereceu para retomar a discussão, nesta Casa, da Ferroeste.

"Cartesiano- diz o artigo da "Gazeta do Povo" - logicamente cartesiano, o Professor Parigot de Souza tinha olhos de espanto.

Espanto e admiração diante do "mar de soja" que se plantava "até a beira dos cemitérios", no Sudoeste-Oeste de nossa pujança agrícola. Fomos mais longe. Num movimento tão pouco registrado, retornamos para o centro, para os planaltos guarapuavanos e, mais ainda, em direção aos ondulados Campos Gerais, onde uma das maiores concentrações de máquinas lançaram para as estratosferas estatísticas os percentos paranaenses de geração de bens primários".

Era a época em que as cidades do Paraná cheiravam a dinheiro; a terra cheirava a dinheiro; as sacas de soja, café, e outros produtos agrícolas enchiam caminhões que desfilavam em um "sobe-e-desce" sem fim pelas rodovias do Estado.

Enquanto isso, já, ninguém se lembrava das advertências, há mais de decênio, feitas pelo Sudoeste-Oeste, de que, em breve, a BR-277 (Foz-Paranaguá) estaria congestionada e destruída pelo excesso de movimento rodoviário, ao qual, mais tarde, se somaria o fluxo de milhares de caminhões do Paraguai para o porto livre que lhe concedemos em nossas costas atlânticas.

Concorrentemente a este problema que,

ao passar dos anos, cada vez agravou-se mais, discutia-se a necessidade de duplicar a Ferrovia Curitiba-Paranaguá, pelo crescente desgaste que vinha sofrendo.

A cada ano em que as nossas safras batiam recordes, a Ferrovia Curitiba-Paranaguá também os fazia. A cada ano cargas mais pesadas subiam e desciam os seus trilhos, da centenária ferrovia.

A cada ano que entra, repete-se o drama vivido pelos caminhoneiros que transportam as safras de grãos do Estado do Paraná para o Porto de Paranaguá.

Extensas filas, de mais de 50 km de extensão, se formam, obrigando os caminhões a esperarem dias para a entrega da carga.

A necessidade de se estudar a adoção de meios de transportes que exijam menor quantidade de energia propulsora por unidade transportada, tem sido uma preocupação nossa, porque não podemos aceitar que governos entrem e saiam indiferentes aos problemas dos meios de transportes, vividos pelos mais diversos setores: desde o agricultor que encontra dificuldades para retirar a sua safra do campo, até o caminhoneiro que, colocando em risco a sua própria vida, passa dias e noites nas rodovias brasileiras, quase que sempre em processo de destruição pela falta de manutenção.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

E a questão da Ferrovia Curitiba-Paranaguá vem somar-se a tudo isso.

Inaugurada em 02 fevereiro de 1885, portanto, mais que bicentenária, a Ferrovia permanece, desde o Império, tal como foi construída. Considerada como uma maravilha da engenharia, foi construída para durar uma geração.

Entretanto, não se imaginou que, hoje, ela teria de suportar, sobre a mesma estrutura de 1885, as cargas que, antes em um ano, agora são transportadas em um dia.

Em janeiro de 1987, apenas, Senhores Deputados, para ter-se uma idéia da dimensão do problema, um total de 26 milhões de toneladas foram transportadas, por quilômetro útil, na Ferrovia Curitiba-Paranaguá.

Isso corresponde a 933 mil toneladas úteis de mercadorias que foram enviadas ao corredor de exportação de Paranaguá. Foram mais uma vez, números recordistas.

Vale questionar: será que a estrutura centenária irá suportar os constantes recordes? Até quando?

Ao analisarmos as características técnicas da Ferrovia, vemos que no trecho Curitiba-Paranaguá, estão localizadas as mais críticas: dos 110 quilômetros da centenária linha, 40 são de serra que vão desde Roça Nova até Morretes. Nesse seg-

mento existem fortes rampas, raios de curvatura de até 73 metros, sucessão de 420 obras de arte e 13 túneis.

Apesar do rigor do traçado, além dos trens de passageiros e litorinas diários, há dias em que 17 trens de carga, tracionados por 4 locomotivas acopladas, descem a Serra do Mar, enquanto que outros 11 trens fazem o sentido contrário, subindo.

O recorde nessa ferrovia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de 1.133 vagões que, em um mesmo dia, subiram e/ou desceram os trilhos Curitiba-Paranaguá.

O acidente ocorrido no dia 22, sábado último, quando um trem descarrilhou trazendo consequências trágicas: 40 feridos, dos quais 4 em estado grave.

Não há dúvidas que esses fatos tendem a, progressivamente, repetirem-se, caso não seja dado ouvidos à realidade: é preciso urgentemente, duplicar-se o trecho Ferroviário Curitiba-Paranaguá.

Que os trilhos da Ferroeste saiam, finalmente, de Guarapuava e, passando por Paranaguá, onde encontrarão o Porto, cheguem até Curitiba.

Os trilhos da velha ferrovia seriam utilizados, somente para o transporte das litorinas e trens turísticos, sem transporte de cargas pesadas, eliminando-se, definitivamente, as condições favoráveis para a ocorrência de acidentes. Há um projeto, repito, para que uma ferrovia margeie a BR-277, até Paranaguá, no entanto, até hoje este projeto não saiu do papel.

Que as autoridades voltem seus olhos para as necessidades do Paraná agrícola, do qual, ao longo dos anos, tem-se, apenas, sugado os lucros estratosféricos gerados pelas nossas safras recordistas que engrossam o P.I.B., e levam a nossa balança comercial ao superávit, a fim de garantir-se, novos empréstimos externos.

Que se haja com consequência, com seriedade e coerência. O que geramos, é de direito que se reverta em favor do nosso Estado.

Nossos produtos servem para, pesando na balança comercial, garantirem novos recursos, entretanto, não serve para a aplicação desses recursos".

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fica aqui, o nosso apelo mais uma vez, de um pronunciamento feito aqui, em 09 de abril de 1987, portanto, a mais de dois anos, não custa lembrá-lo, principalmente, no momento em que acontece um acidente grave na ferrovia Curitiba-Paranaguá, da necessidade do Governo do Estado gestionar, junto ao Governo Federal, no sentido de que a duplicação da ferrovia, o trecho Curitiba-Paranaguá, saia o mais depressa possível.

Há um projeto no papel do traçado

Curitiba-Paranaguá, margeando a Rodovia BR-277.

Vamos trabalhar juntos, pensando no progresso do Paraná, encarecendo às autoridades da necessidade desta duplicação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Consulto à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo.

Declina.

Em visita ao Plenário desta Casa estão as Senhoras da Associação Paranaense dos Deputados- APASDE.

Para saudá-las concedo a palavra a Senhora Deputada Vera Agibert.

A SRA. VERA AGIBERT - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras Esposas dos Deputados Estaduais.

(Lê):

"A semente foi lançada e promete, uma árvore frondosa com produção inúmera de bons frutos, cabendo a nós esposas de Parlamentares tomar as medidas adequadas no processo do desenvolvimento, cuidando para que desde o lançamento da semente em boa terra, a germinação protegida e o tratamento de fitossanidade permita profícuos resultados com efetiva produtividade.

Nascida em 1971, a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados Estaduais, teve a idéia amadurecida a partir da necessidade de um maior congraçamento entre as esposas dos Parlamentares levando-se, a seguir à tentativa de desenvolver atividades filantrópicas em prol dos menos favorecidos pela sorte.

Em 29 de abril de 1987, em reunião, o grupo sentiu a necessidade em dar continuidade aos objetivos assistenciais e filantrópicos levando a Associação a ampliação do quadro social e a organização de "Eventos" que movimentaram uma considerável soma, sendo transferidos integralmente a entidades assistenciais da Capital e a desforecidos no interior do Estado.

Nossa Associação tem atualmente como Presidente a incansável companheira Niva Khury; como Vice-Presidente a companheira Regina Pessuti; como Secretária a companheira Zeli Machado; como 2.^a Secretária a companheira Regina Lopes; 1.^a Tesoureira Guilomar Ferreira; 2.^a Tesoureira Ivana Furiatti como Diretora Social Lindomar Quintana e Elizabeth Wanderer.

No Conselho Consultivo nós temos as companheiras: Iara Annibelli, Lubiana Baptista, Maria da Graça Alcantara e como suplente Neide Ferrari.

Conta ainda com os demais associados: Cleri de Mattos Leão, Nilsa Crisóstomo,

Cleide Costenaro, Rosicler Baggio, Ana Maria Brandão, Arlene Lúcio, Luciane Conceição e Silva Afonso e mais 29 Deputados, de várias siglas partidárias, imbuídos na direção do mesmo objetivo.

Em 21 de setembro de 1987, a Associação foi mais fortalecida, quando pelo reconhecimento de suas atividades filantrópicas foi declarada de utilidade pública através da lei 8547, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, tendo à frente da Secretaria do Estado do Trabalho e Ação Social, o Excelentíssimo Deputado Rubens Bueno.

A semente lançada no longínquo 1971, está se transformando pelo passar do tempo em uma frondosa árvore, regada com muito amor, bondade e fraternidade.

Continuaremos trabalhando com afinco, na certeza que num futuro muito próximo, nossa Associação atinja a maturidade plena de forma a produzir, cada vez mais, resultados benéficos em prol dos menos favorecidos.

Só nos resta agradecer o empenho das associadas, desejando a todas muitas felicidades!!

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa congratula-se com a Associação Paranaense das Senhoras dos Deputados e quer dizer que a Associação terá todo o nosso apoio, como já teve da Mesa anterior e vamos prosseguir no prestigiamento a essa Associação, para que ela preencha as suas finalidades sociais.

A Mesa consulta a Senhora Presidente, se deseja fazer uso da palavra.

(Declina)

Concedo a palavra à Dra. Lindomar, Diretora Social.

A SRA. LINDOMAR QUINTANA - Muito obrigada, Senhor Presidente, muito obrigada pela Doutora, aos demais Deputados que fazem parte da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, minhas companheiras de Associação.

Represento a Dona Niva, como Presidente e a todas as Associadas, assim como todas as esposas de Deputados que não fazem parte da Associação ainda, mas queremos que o trabalho da Associação seja reconhecido, realmente, pelo próprio objetivo onde nós nos propusemos a trabalhar como esposas de Deputados Estaduais e como cidadãs paranaenses e brasileiras.

Trabalhamos na área de filantropia, mesmo porque, trabalhamos junto com os Deputados em seus Gabinetes, atendemos a todas as pessoas que nos requerem ajuda. Assim resolvemos nos unir e reativar essa Associação de esposas de Deputa-

dos.

Por isso, nós ficamos lisonjeadas pela homenagem da Deputada Vera, pelo reconhecimento público dos Senhores Deputados e queremos levar ao conhecimento de todos os paranaenses que no Brasil existem só duas Associações de Esposas de Deputados Estaduais: a de Minas Gerais e a do Paraná. Portanto, o Paraná representa a segunda Associação de Esposas de Deputados Estaduais no Brasil.

Muito obrigada e queremos parabenizar a dona Niva pelo seu aniversário hoje.

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO (Pela Ordem)

Eu gostaria de, em nome da Bancada do PFL, transmitir os nossos cumprimentos à Associação das Senhoras aqui representadas: Associação das Senhoras de Deputados, e transmitir também o nosso voto de confiança e de apoio a este trabalho que vem sendo realizado e muito bem dito pela Sra. Lindomar, lembrando que existem duas Associações no Brasil: a do Paraná e a de Minas Gerais.

Acredito que as Senhoras de Deputados, aquelas que congregam e aquelas que ainda não tiveram a oportunidade de congregar a Associação, que devem ser convidadas ou reconvidadas para que integrem, fazendo com que esta Casa se transforme numa família, unida que é, demonstrando também através da Associação de Senhoras a união e a representatividade da família no Poder Legislativo.

Acho que estas senhoras engrandecem com o seu trabalho o Poder Legislativo. O Deputado, o homem público, às vezes na sua ação política, ele percorre o Estado, a sua região, e a esposa fica em casa sem poder acompanhar. Mas neste trabalho da Associação, praticando a filantropia, criando harmonia, principalmente nas questões das promoções que têm sido realizadas e que participamos de todas e vamos continuar prestigiando e participando, eu acredito que criam a valorização da família, da ligação entre a esposa e o seu marido, do trabalho público e faz com que todos nós sejamos valorizados.

Portanto, meus parabéns e continuem neste trabalho que é muito bonito.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A palavra continua livre.

Com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados, Senhoras esposas de Deputados: eu gostaria,

Senhor Presidente, não de dar as boas vindas as digníssimas esposas dos Senhores Deputados, mas de agradecer a presença delas, não somente neste momento aqui na Assembléia Legislativa, mas em todos os momentos em que estão ao nosso lado, dando o seu apoio para que prossigamos na nossa luta.

Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem seriamos nós sem as nossas esposas ao nosso lado, dando aquele incentivo, aquela força, aquele calor que todos nós homens precisamos e necessitamos muito?

Então, Sr. Presidente, neste momento em nome da Bancada do PMDB eu agradeço às nossas esposas: pelo que elas são, pelo que elas nos dão, pelo que elas nos ajudam. Não simplesmente pela presença delas nesta oportunidade, nesta Assembléia Legislativa, porque elas estão conosco a todo o dia, a todo momento, não só aqui na Assembléia, mas onde quer que nós estejamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezadas Senhoras, nossas esposas pertencentes a Associação dos Deputados.

O meu querido presidente honrou-me, já estava me alinhando para saudar, e o faço com grande satisfação em nome da nossa Bancada - dos tucanos - para saudá-las, cumprimentá-las, neste momento maravilhoso em que elas nos visitam, neste momento maravilhoso em que elas nos honram com o trabalho de fortalecimento junto à associação assistencial.

Para nós é muito dignificante como disseram muito bem os companheiros que nos antecederam. Desenvolvem um trabalho no sentido de fortalecer aquilo que muitas vezes, nós, por uma série de fatores e razões, não nos é permitido. Eu quero também, na oportunidade, saudar e cumprimentar a nossa querida Presidente dona Niva, que acabo de tomar conhecimento que hoje completa mais um aniversário. Seja muito feliz, dona Niva, que a Senhora tenha uma gestão tão profícua quanto teve a querida Presidente da gestão anterior dona Iara Annibelli.

Felicidade, portanto, a Senhora e sejam bem-vindas ao nosso convívio e continuem a trabalhar como as Senhoras vêm desenvolvendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ezequias Losso com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras esposas de Deputados.

O Partido Liberal se associa com as manifestações de solidariedade, de simpatia feitas pelos que me antecederam nesta Casa de Leis. Que, efetivamente, se constitui na caixa de ressonância das aspirações populares. E para cumprir com esta missão legislativa, o de atendimento à coletividade. O trabalho da Associação das Esposas de Deputados Estaduais tem sido muito significativo.

Queremos desejar, na continuidade do trabalho, êxito nos empreendimentos, ao tempo em que o Partido Liberal, manifesta a sua disposição em contribuir de todas as formas possíveis, para que, através de uma ação conjunta, possamos alcançar resultados práticos, objetivos, salutares que venham em benefício da coletividade. Parabéns à Presidente pelo dinamismo, pelas suas palavras proferidas nesta tarde que certamente ficarão indelevelmente marcadas na história deste Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Valderi Vilela.

O SR. VALDERI VILELA - Sr. Presidente, Senhoras de Deputados, Deputadas Estaduais.

A Bancada do PDT, Sr. Presidente, da mesma forma dos nossos antecessores, quer congratular-se com a Associação das Senhoras de Deputados Estaduais do Estado do Paraná. E em especial também fazer um agradecimento à Deputada Vera Agibert que falou em nome desta Casa, representando todos os Deputados Estaduais.

Nós sabemos, Sr. Presidente e Senhoras, do trabalho que vem sendo desenvolvido por esta Associação desde o seu início. A integração nesse trabalho é fato notório nesta Casa e já no Estado do Paraná que agora com sua nova Diretoria, com suas novas idéias, certamente trarão benefícios àqueles que se propõem a ajudar de uma maneira e de uma forma em geral.

Por isso a Bancada do Partido Democrático Trabalhista vos saúda e agradece a presença de todas nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Senhores Deputados possam cumprimentar as Senhoras dos Deputados.

(A sessão é suspensa por cinco minutos.)

Está reaberta a sessão.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 80/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 80/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 40/89), que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 7.051, de 04.12.78, com vistas a estabelecer critérios especiais aos institutos de promoção e acesso de integrantes da carreira de Agente Fiscal, da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda, e dá outras providências. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21 de 12.04.89).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 217/88, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Servidores Municipais de Nova Esperança - ASSERNE", com sede e foro em Nova Esperança. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 230/88, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Luterana de Assistência Social", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu", com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guaratuba - APAE", com sede e foro no Município de Guaratuba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 58/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 34/89), que altera o valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto à sua constitucionalidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL DA CONSTITUCIONALIDADE
PROJETO DE LEI N° 58/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 58/89, oriundo da Mensagem Governamental n. 34/89 visa alterar o valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná.

Compete ao Poder Executivo Estadual fiscalizar a arrecadação dos tributos que lhe compete instituir por força de disposição constitucional.

O Conselho de Contribuintes é o órgão que, em segunda instância administrativa, faz a revisão de todos os lançamentos de tributos na competência impositiva do Estado.

Desta forma, assim como cabe ao Poder Executivo a criação do Conselho de Contribuintes incumbe-lhe também disciplinar sua organização e funcionamento.

Somos de parecer FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO do projeto de Lei n. 58/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 90/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 43/89), que objetiva dar nova redação a dispositivos da Lei n. 7.047, de 21 de novembro de 1978, e às suas posteriores alterações, com vistas a elevar de 16.790 para 17.492 policiais-militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, quanto aos aspectos da constitucionalidade, Finanças e Segurança Pública. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

COMISSÃO GERAL DO ASPECTO DA
SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 90/89

P A R E C E R:

No que tange à segurança pública, é inequívoco que o aumento no efetivo da Polícia Militar implicará em inúmeros benefícios ao Estado.

Dúvidas não há de que a manutenção da ordem pública no âmbito estadual está intimamente vinculada a um eficiente desempenho da Polícia Militar.

Assim, considerando-se as condições geo-sócio-econômicas, evolução demográfica, extensão territorial, índices de criminalidade e demais circunstâncias que se encontram descritas de forma detalhada na justificativa em anexo à mensagem n. 43/89 ao Governador do Estado, somos de parecer FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 90/89.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

COMISSÃO GERAL
ASPECTOS FINANCEIROS
PROJETOS DE LEI N° 90/89

P A R E C E R:

Sob a ótica do aspecto financeiro, certo é que um aumento no efetivo da P.M. do Estado do Paraná demandará certo custo a ser extraído do orçamento público, no entanto, necessário faz-se considerar que existe seguramente previsão orçamentária para cobrir tal despesa, no que a iniciativa do aludido projeto de lei parte do Poder Executivo através da Mensagem n. 43/89.

Portanto, somos de parecer FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 90/89.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

COMISSÃO GERAL DA CONSTITUCIONALIDADE
PROJETO DE LEI N° 90/89

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n. 90/89, oriundo de Mensagem Governamental n. 43/89, tem por escopo elevar de 16.730 para 17.492 policiais militares, o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

É de competência do Poder Executivo, nos termos do art. 144, § 7º, da C.F., disciplinar por intermédio de lei a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, para garantir a eficiência de suas atividades.

É de se concluir pois que o ora versado projeto de lei submete-se totalmente às disposições Constitucionais atinentes à matéria, conseqüentemente somos de parecer FAVORÁVEL, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 90/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para discutir, com a palavra, o Senhor Deputado Pedro Tonelli

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Senhoras esposas dos Deputados, senhores esposos das deputadas, demais presentes à sessão de hoje.

Solicitei para discutir esse projeto,

o Projeto de Lei n. 90/89, de autoria do Poder Executivo, que propõe o aumento do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, de 16.790 para 17.492 homens e a nosso ver, envolve questões importantes que precisam ser bem ponderadas. O objetivo da contratação de mais 702 novos policiais militares, é transformar a atual

3. Companhia Independente de Polícia Militar, com sede em Guarapuava, em 16º Batalhão da Polícia Militar, conforme explicita justificativa da Mensagem do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Os índices atuais de criminalidade no País, por consequência, no Paraná, são realmente alarmantes, justificando o verdadeiro pânico que tomou conta da população. A discussão em torno da criminalidade, envolve juristas, autoridades policiais, sociólogos e os próprios cidadãos comuns e não há consenso acerca das verdadeiras causas da criminalidade e é por isso que colocaremos em apreciação, alguns pontos que queremos analisar neste momento sobre as causas da criminalidade, porque quando compreendermos as causas, vamos compreender as reais medidas, as reais iniciativas que efetivamente coíbem o alto grau de criminalidade que vive a comunidade brasileira neste momento.

O projeto do Executivo ora em apreciação, identifica Guarapuava e Região, como um foco de tensão no Estado, com índices de criminalidade em elevação o que justificaria o aumento da força policial nos municípios dessa região.

Aparentemente está justificativa é plausível e perfeitamente defensável, contudo consideramos fundamental apreciar análise da questão tecendo aqui algumas considerações.

Primeira consideração: o governo está propondo aumentar o efetivo da Polícia Militar contratando mais 702 policiais, exatamente num momento de dificuldade para os assalariados em geral, para o funcionalismo de forma particular e principalmente num momento de dificuldade para a própria Polícia Militar do Estado do Paraná com o seu atual quadro. É consideração que temos de levar em conta. Basta lembrar muitos momentos. Tivemos um soldado, Robson, que há pouco tempo, há alguns meses infringiu contra a ordem da Corporação, reclamando, fazendo greve de fome, na "Boca Maldita", onde foi preso, reclamava do seu salário e, evidentemente, do salário dos policiais.

Então temos que levar em conta a situação atual da corporação para, aí sim, compreendermos a necessidade ou não, da contratação de mais 702 policiais militares do Estado do Paraná.

O Governo justifica o arrocho salarial alegando dificuldades financeiras.

Portanto, é meio estranho contratar mais policiais enquanto não se resolve o problema salarial do efetivo atual.

Temos mais de 16 mil policiais mal-re-munerados e certamente não adiantará nada duplicar este efetivo sem garantir um salário justo que motive o policial a cumprir com prazer o seu dever.

Segunda consideração, Senhor Presidente, Senhores Deputados: a criminalidade tem causas sociais que precisam ser combatidas. Os vetores da criminalidade mostram uma estreita ligação entre a crise econômica e o aumento da criminalidade.

A violência é resultante de um contexto social onde prevalece a injustiça.

A violência no campo, por exemplo, é decorrência evidente da concentração fundiária, do latifúndio improdutivo, do descompromisso em relação ao processo de Reforma Agrária mais socializante, mais democrática. Portanto, não adianta assumir postura ideológica diante da criminalidade e da violência como fazem os defensores da pena de morte. As experiências históricas mostram que esta prática não resolve a questão. A pena de morte não resolve. A diminuição da criminalidade depende diretamente da solução da crise econômica e da crise social que envolve um país ou um continente.

Terceira consideração - e quero levá-la à consideração e apreciação dos nobres Pares: a Região de Guarapuava é hoje um centro de tensões no meio rural.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Permita-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo com muito prazer, na sequência.

É uma Região, é um centro de tensões no meio rural de tensão gerada pelos fazendeiros e latifundiários que mobilizam pistoleiros e milícias privadas para ameaçar os trabalhadores, os trabalhadores sem terra.

Na verdade esse projeto do Executivo dissimula o claro objetivo de bloquear essa luta direta entre os sem-terra, pela Reforma Agrária e o aparelho repressor das milícias dos grandes proprietários ou dos grandes latifundiários dessa Região, e que aliás já foi objeto de denúncia deste Parlamento, quando houveram algumas mortes, quando houveram ameaças contra bispos, contra freiras, contra lideranças da Região de Guarapuava.

Sabemos também, que o aparelho policial, é repressor do Estado, sempre é colocado mais para o lado do grupo dominante.

Então, de nada adianta mobilizar verdadeiros exércitos, se a justiça não mostra eficiência na apuração e na condenação

dos autores intelectuais reais, dos verdadeiros intelectuais do crivo.

Então, não adianta somente o aparelho repressor ser fortificado, se nós não vamos exigir da justiça, da Polícia Judiciária, medidas concretas, que visem coibir a fonte e a origem da maioria dos crimes, os autores intelectuais dos maiores crimes que acontecem.

Basta se observar o caso mais clamoroso, que aconteceu nos últimos tempos, que vitimou um companheiro Líder Sindical "Chico Mendes". Se a preocupação do Governo é coibir invasões e por isso, propõe mobilizar centenas de policiais naquela região, por que não se assume também um compromisso claro, de implementação da Reforma Agrária.

Aí diminuí as tensões sociais e dispensa o aumento da corporação militar, e esses recursos certamente poderiam muito bem serem destinados a atual corporação, que vive numa situação de fome, numa situação de miséria, que amanhã ou depois acho que só resta aos policiais entrarem em greve, para que nós tenhamos uma greve geral aqui no Estado do Paraná, porque pelo que vejo aí, a situação é calamitosa, só resta aos motoristas e aos policiais, porque os demais setores, estão quase todos de greve.

Portanto, são preocupações que eu queria colocar à apreciação neste momento, também.

Uma quarta preocupação que gostaria de colocar à apreciação dos nobres Parlamentares ... queria dizer ao Deputado Raul Lopes, que na sequência concederei um aparte.

O Sr. Raul Lopes - Eu estou pedindo para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - Um quarta preocupação, queria dizer o seguinte: o primeiro plano Nacional de Reforma Agrária, e o plano regional de Reforma Agrária, que lamentavelmente foram sepultados pelo Governo Sarney e por extensão aqui no Estado que foram assentados um pouco mais que 4 mil famílias em 66 áreas do estado, hoje enfrentam uma verdadeira situação de abandono, em falta de assistência técnica e recursos para custear a produção.

Essa incapacidade demonstrada pelo Governo de desbaratar os latifúndios improdutivos e promover a Reforma Agrária, certamente serviu para agravar ainda mais a situação de violência no campo, apesar do plano não ter saído do papel, a simples promessa de Reforma Agrária provocou uma reação armada e violenta dos latifundiários, capitaneados pela União Democrática Ruralista. Somente no período que se propagandeou o plano nacional de Reforma

Agrária quando na realidade nada disso aconteceu? Passa de mil as vítimas da violência no campo nesses últimos anos.

Essa violência é acobertada pela impunidade, e contra ela, não se toma as medidas necessárias.

Esse é o contexto também da Região de Guarapuava.

Os sem-terra são trabalhadores pacíficos que só querem um cantinho de terra para plantar e viver. E eles têm sido vítimas de violência e não os causadores da violência. Violência inclusive praticada em nosso Estado...

O Sr. Raul Lopes - Sr. Deputado, inscrevo-me num aparte, para discutir.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu concedo o aparte, pela ordem.

Eu só quero concluir este meu raciocínio; três minutos, depois eu vou conceder, com muito prazer.

Então, gostaria aqui de dizer que também não perdoamos os erros, os abusos, os crimes praticados em alguns casos, em certos casos, pela Corporação da própria Polícia Militar. Os despejos violentos não ocorreram apenas no Rio Grande do Sul ou na Bahia. Não esqueçamos, temos que lembrar, a ação violenta, autoritária, no despejo de Bituruna, ano passado, no mês de agosto, onde foram feridos muitos e muitos trabalhadores, injustamente.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado Pedro Tonelli, é estarrecedor o pronunciamento de Vossa Excelência na medida em que ele caracteriza definitivamente a posição de Vossa Excelência, do seu Partido, com relação à segurança dos paranaenses. O Partido não está interessado na segurança. Quando no Brasil inteiro se reclama o aumento dos efetivos policiais para se dar segurança ao cidadão, o PT do Paraná diz o contrário: "NÃO. Não devemos aumentar os efetivos policiais". É altamente estranho. Não sou a favor do atual Governo.

Tenho até sido um dos críticos mais duros da atual administração do Paraná, mas nesse projeto votarei a favor, porque entendo que quanto mais policiais tivermos, estejam eles na zona rural ou não, maior a segurança para o nosso povo continuar trabalhando em paz.

Aliás, a política que Vossa Excelência está defendendo, através do discurso escrito é realmente aquela do "quanto pior, melhor fica".

Isso é muito identificado com os partidos bem à esquerda, não os democráticos,

mas os verdadeiros partidos comunistas, que preferem ver o "circo pegar fogo" para ver o que sobra, para depois tentar implantar a sua ideologia num País, num Estado, perante uma sociedade.

Lamento profundamente. Vossa Excelência fala de que a polícia, sempre está do lado do mais forte. Não vejo assim. Eu acho que a polícia quando convocada pelo Judiciário, o Judiciário não fica do lado do mais forte. Um exemplo: a Erundina foi a campeã de invasões em São Paulo. Agora ela manda a polícia desocupar as áreas que são invadidas por outros profissionais de invasão, como ela foi em São Paulo e o PT, especializado no Brasil inteiro.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu é que estranho a posição do Partido Democrata Cristão, que não compreende que o combate à violência só se dá no momento em que nós combatemos a origem da violência, e não aumentando o poder repressor da violência. Mas temos que combater nas origens, os elementos que causam e que aumentam a situação de violência, tem que se corrigir o mal pela raiz.

É isso que efetivamente eu estranho.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Então, que continuam morrendo os cidadãos, até que consigamos atingir o paraíso. Lá, nós encontraremos a justiça definitiva.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo aparte, com muito prazer, ao Deputado Raul Lopes, neste Parlamento tem se caracterizado como um defensor, militante autêntico da política de segurança neste Estado.

O Sr. Raul Lopes - Muito obrigado prezado e querido companheiro Deputado Pedro Tonelli, por esta introdução que me confere, antes de me ceder o aparte.

Eu também, prezado companheiro, causei-me surpresa, estranheza, a forma como o companheiro elenca quatro considerações, das quais eu não vou declinar todas, porque é do conhecimento de todos os companheiros, por entender que no momento não havia necessidade de contratar, porquanto há outras situações mais importantes, tais como: o salário do funcionalismo e em especial da Polícia Militar.

Ocorre, prezado companheiro, que também sendo um Deputado da Oposição, não posso deixar de parabenizar Sua Excelência o Governador do Estado, pela sensibilidade que se houve, no sentido de atender os reclamos da maior área territorial desse Estado, que é Guarapuava, onde o efetivo ali presente está deixando a desejar. Tem o efetivo no valor de uma companhia, isto é, 150 homens que naturalmente só contam para efeito de organograma, de papel. Já

deve estar na casa de 80. O Deputado Artagão conhece muito bem o problema naquela área.

Quero parabenizar o Governo pela forma simpática e sensível com que atendeu os reclamos daquela comunidade para de pronto melhorar e fortalecer, como diz na sua consideração terceira, que naturalmente dado à violência que grassa na área rural. De sorte que quando um Governo sensibilizado para fortalecer a segurança da comunidade que vive momentos difíceis, estamos aí por reclamar.

Então, como bem disse o Deputado Edmar, é de estranhar, evidentemente, a forma com que Vossa Excelência critica o momento simpático e até preocupante do Governo no sentido de fortalecer aquela área. Não tem nada, evidentemente, com a situação de reforma agrária, a situação social que grassa no País que vai levar naturalmente o Governo, deixar de atender para priorizar o momento de uma dessas considerações alinhadas por Vossa Excelência.

De sorte que, Deputado Pedro Tonelli, eu me sensibilizo porque o Paraná, a rigor hoje, a nível de polícia militar deveria ter, pela sua densidade populacional, um efetivo de 26 a 30 mil homens e tem tão somente 15 mil homens. Ele está elevando naturalmente para poder atingir esse objetivo.

Então, está evidente um policiamento limitado para o dimensionamento do Paraná. Precisa muito mais, muito mais mesmo, porque a sociedade está aí clamando por segurança e Vossa Excelência mesmo, quantas vezes dessa tribuna já reclamou, já agrediu até os órgãos de segurança e as autoridades competentes deste Estado pela falta de sensibilidade adequada. De sorte que eu parabenizo nosso Governador pelo fato de aumentar o efetivo da maior área territorial deste Estado. De sorte que eu, permita-me dizer, nobre companheiro, não concordo com as considerações alinhadas por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço os apartes dos nobres Deputados.

Certamente que era óbvio a defesa do outro lado, o interesse da corporação e que é importante que a gente ouça os dois lados para tirarmos conclusões sadias para melhor decidirmos sobre a matéria ora em discussão.

Concluindo, Sr. Presidente, baseado nessas considerações coloco-me contrário à aprovação desse projeto nesse momento. Ele é ineficiente para alcançar os objetivos que se propõem.

Antes de pensar em se aumentar o efetivo, o Governo do Paraná deveria estar preocupado em melhorar os salários,

dar melhores condições de trabalhos, melhor infra-estrutura para seleção e preparo dos policiais atuais que temos hoje no Estado do Paraná.

A população ainda vê com desconfiança os policiais e não é para menos. Rotineiramente tem aparecido casos de envolvimento de policiais com ações criminosas. Essa sim deveria ser uma preocupação do Governo em investigar as causas desses desvios. Certamente que as causas principais seriam constatadas que começariam nos baixos salários; começaria na situação de trabalho desumana; iria constatar que começaria pela formação precária dada aos policiais que, infelizmente, prevalece no nosso País a mentalidade ainda herdada do período militar que prioriza a truculência policial como forma de combater a violência, desprezando a atuação preventiva que é típica dos países desenvolvidos e dos países democráticos que têm uma situação de segurança quase perfeita com um policial para cada dois mil habitantes, um policial para cada 1.500 habitantes. Temos aqui no Brasil um policial para menos de 500 habitantes e a situação é grave, preocupante.

Estou preocupado sim com a situação de violência, com a situação de criminalidade. Mas queria deixar marcado e claro que para resolver o problema da criminalidade e da violência não basta aumentar o aparelho repressor, temos que tomar medidas que cortem pela origem o mal que gera a violência e que estimula a criminalidade.

Concedo mais um aparte ao Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes- Deputado Pedro Tonelli,

Sinceramente tenho procurado me colocar sempre de uma forma simpática, toda vez que se analisa nesta Casa a política de segurança pública, do Estado do Paraná. Desta feita, permite-me dizer, acho que Vossa Excelência está muito confuso, muito confuso mesmo. Os argumentos levantados, as considerações citadas, são horribéis! Traz comparações de outros países, se você observar, a nível de jornais, de televisão, a violência é de uma brutalidade extraordinária! No Paraná, graças a Deus não ocorre; um ou outro caso, de um envolvimento de um policial militar, de um policial civil, de pronto as responsabilidades são tomadas e tornadas a público; nos jornais. Eu não vejo porque se basear num fato, num argumento e tentar contestar o que o Governo do Estado venha a desenvolver. Se a sociedade, hoje, que clama por segurança, escutasse o seu posicionamento, ficaria estarecada.

Sinceramente não estou entendendo a posição e os argumentos levantados por Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo o aparte ao nobre Líder do PFL, Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto- Deputado Pedro Tonelli, agradeço a oportunidade que nos dá, mas gostaríamos de deixar também a nossa posição a respeito desse projeto. Eu diria que Vossa Excelência, registra a sua posição, talvez em função da própria posição partidária, manifesta contrariamente à posição do Governo da elevação do efetivo da Polícia Militar.

Mas, gostaria de lembrar ao nobre Deputado que o Paraná, um Estado jovem, um Estado, queiram aqueles que maldizem do Paraná ou aqueles que não acreditam em si mesmos, no Paraná, dizer que estamos vivendo um retrocesso, mas na verdade, o Paraná, embora as dificuldades políticas nacionais, vive numa situação de desenvolvimento e progresso constante, porque seu povo é progressista, eu confio no povo do Paraná e gostaria de dizer que o Governo acerta nesta medida, não pelo fato de aumentar o aparelho repressor, o aumento do quadro efetivo oferece oportunidade de emprego e o Paraná é carente de emprego!

A sua juventude está aí, se evadindo do Estado para outros centros em busca de emprego, até esta é uma preocupação sadia.

E, por outro lado o aumento de policiais nas ruas não quer dizer aumento do aparelho repressivo. O aparelho repressivo pode ser determinado por ordem administrativa, se quiser, mas acredito que a função do policial não é a função de reprimir, é a função de orientar, é a função de salvaguardar, esta é a função mais importante. E nós acreditamos no aumento do efetivo, na atenção que o Governo dá, e como membro da Comissão de Segurança acho que é uma atitude de valorização dos quadros e do setor da Polícia Militar.

Portanto, acredito que este projeto é de extrema importância para o Estado do Paraná!

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte e ele é uma riqueza, neste momento, porque Vossa Excelência reconhece e isso muito me honra; represento a proposta do nosso Partido, na Tribuna, neste momento. Isso muito me honra.

Concedo o aparte ao Deputado Líder do PDC.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu agradeço a gentileza de me permitir mais um aparte, apenas para fazer um acréscimo nos argumentos que tenho, em favor da aprovação deste Projeto.

Primeiro: voto coerentemente, em favor do projeto, esqueço a figura da má

administração estadual e chego até a admitir que este ano, quem sabe, seja o único bom projeto que chegou a esta Casa, embora contenha alguns defeitos.

Ele está premiando, e com justa razão, Guarapuava, mas o problema é de todo o Estado do Paraná. Em Ponta Grossa, é pena que não tenha os dados estatísticos, com número certo, aqui, mas os possuo no meu Gabinete, nos últimos dois anos, a população da Cidade e da Região aumentou violentamente, enquanto que o número de policiais militares diminuiu portanto no sentido inverso, conseqüentemente o índice de criminalidade aumentou na região dos Campos Gerais, na região de Ponta Grossa.

Outro aspecto é o Senhor Secretário da Fazenda, segundo o depoimento de nobres colegas desta Casa, o incompetente Haully teria ido à televisão hoje e criticado a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo aumento que concedemos ao funcionalismo público estadual e Vossa Excelência argumentou para votar contra esse projeto de que nós estamos com o problema salarial dos mais diversos dentro do organismo do Estado.

Reconheço, o Estado está pagando muito mal e deve pagar urgentemente melhor, porque dinheiro o Paraná tem, basta que a Secretaria da Fazenda trabalhe e todos os atuais funcionários serão remunerados condignamente, como também os próximos policiais que forem admitidos nos quadros do Estado.

Parece-me que o Senhor Secretário da Fazenda, além de incompetente anda entrando por outras arestas também. Disse ele hoje, fazendo ameaças, de que se fosse aprovado mesmo a mensagem com a reforma imposta pela Assembléia Legislativa, melhorando os vencimentos do funcionalismo, esta Assembléia estaria cortando caderno para as crianças do interior, os remédios seriam cortados dos postos de saúde. Qualquer Deputado sabe onde estão os remédios nos centros de saúde do interior do Paraná, onde estão esses cadernos para as nossas crianças. E a mentira maior ainda, de que seria cortado o combustível do sistema policial. Todo mundo sabe que no interior quem arca mesmo com a despesa do combustível é a Prefeitura Municipal e a própria comunidade, porque o Estado nunca tem o dinheiro para a gasolina nem para o álcool dos seus veículos do sistema de segurança.

Incompetente e mais alguma coisa deve ser dado de título ao nosso infeliz Secretário da Fazenda que está tornando o Paraná um Estado infeliz e paralisado.

O Sr. Eduardo Baggio - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe

concedo, Deputado Baggio.

Eu só queria tecer uma consideração a respeito da postura elegante do nobre Líder do PDC quando procura desvendar aqui, é com base nisso que estou questionando este projeto, exatamente porque me preocupa.

Porque os homens que comandam as finanças do nosso Estado, que é o item que entra nesta questão quando você aumenta quadro, se aumenta, envolve também finanças e quando se trata de pagar o funcionalismo, as finanças vão mal, quando é para pedir voto para o presidiável Governador Álvaro Dias, aí as melhores finanças do Brasil são do Estado do Paraná, que cresceu, cresceu o produto interno bruto e essa história toda.

Portanto, temos dois pesos e duas medidas...

O Sr. Edmar Luiz Costa - Nobre Deputado, permita-me um segundo apenas.

Notou Vossa Excelência que depois que nosso Governador passou a brincar de Presidente da República e deixou o Estado, o Estado está adquirindo mais, está mais calmo o Estado do Paraná, os problemas estão sendo melhor equacionados pelo Governador em exercício, sem muito alarde de televisão e sem nada.

Deus ajudasse esse PMDB, que escolhesse o nosso Governador como seu candidato, assim no dia 16 de maio estaríamos livre dessa figura impoluta.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu concedo o aparte ao nobre Deputado Eduardo Baggio.

O Sr. Eduardo Baggio - Eu agradeço o nobre Deputado Pedro Tonelli, por esse aparte, mas muito me estranha Vossa Excelência ir a essa tribuna contra esse projeto, onde se prevê somente o aumento de 702 homens na Polícia Militar e vosso Partido vem de público contra uma mensagem desse tipo.

Só tirei uma conclusão nobre Deputado, que o vosso Partido não está interessado na segurança de nosso Estado, mas sim, num desaquecimento do efetivo da Polícia Militar para ficar mais fácil as algazarras e as badernas que vosso Partido está fazendo dentro do nosso Estado e do nosso Brasil.

Eu sei e cheguei à conclusão que é somente por isto, porque, se aumentarmos o efetivo da Polícia Militar do Paraná, para a segurança do nosso povo, evidentemente o vosso partido também estaria um pouco mais enfraquecido para fazer as algazarras que faz diariamente, fazendo com que o Estado do Paraná e o Brasil fiquem parados.

Digo mais, há dias atrás quando comentava alguns colegas dizia: por que não, não que fosse a favor daqueles tempos, mas, já está fazendo falta o tempo da verde oliva, para que este Brasil possa andar nos eixos novamente. A baderna está nas ruas, não se trabalha mais e por quê? Porque é greve em cima de greve. Não que eu seja contra a greve, nobre Deputado, ela é justa quando é bem reivindicada, mas, o que está se fazendo é com que o País pare. Todo dia greve "pipocando" para todo o lado, o Paraná inteiro com greve diariamente, milhares e milhares de paranaenses sem gás, milhares de paranaenses sem transporte coletivo, enfim, estamos chegando ao caos. Está sendo um País ingovernável e é isto que o seu partido está pregando e está querendo.

E para completar não querem que se aumente o efetivo da Polícia Militar com apenas setecentos homens. Nós precisávamos, no mínimo, de mais cinco mil homens para podermos ter uma segurança digna, que o povo paranaense precisa.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço o seu aparte, a sua participação.

Evidentemente, conhecemos e reconhecemos a posição de Vossa Excelência só que de maneira nenhuma podemos concordar, porque para nós segurança significa termos mais condições de moradia, melhores salários, melhor educação, melhores condições de vida.

Algazarra é o que nós estamos vendo aí: a favela aumentando, o povo não tem casa para morar, não tem jeito de estudar, não tem acesso à terra, não tem acesso a um emprego justo e digno, não tem salário justo. Isto sim, é uma situação de algazarra.

E preocupa-me muito, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando Vossa Excelência um Parlamentar eleito pelo povo, pelas vias democráticas, está torcendo, está desejando que medidas de forças se fazem necessárias para resolver o problema social e o problema econômico desta Nação. Preocupa-me ...

O Sr. Eduardo Baggio - Nobre Deputado, é que não podemos confundir democracia com anarquia.

O SR. PEDRO TONELLI - ... porque o poder político, nobre Deputado, o poder político de resolver tais situações está em suas mãos, está no PMDB, está no PFL.

O Partido dos Trabalhadores ainda não está no poder, mas, um dia chegará lá.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhor Deputado.

O SR. EDUARDO BAGGIO - É que vocês confun-

dem democracia com anarquia, nobre Deputado.

Nós não precisamos de anarquia neste Brasil e sim de uma democracia justa.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Está em votação o projeto.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Cândido Bastos. Dez minutos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Há instantes acabei de ouvir as argumentações feitas pelo representante do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, Deputado Pedro Tonelli, quando se refere ao Projeto de Lei n. 90/89, em que o Senhor Governador do Estado encaminha a esta Casa o aumento do efetivo da Polícia Militar do Paraná para dar as melhores condições possíveis para a tranqüilidade da família paranaense.

Quando o Governo do Estado procura minorar os altos índices de criminalidade do Estado, quando o Governador e o Governo do Paraná, - e esta Assembléia Legislativa haverá de concordar, porquanto nos encontramos nesta fase de votação, da segunda discussão, quando esta Assembléia Legislativa por tantas e tantas vezes, reclama de que há necessidade de melhoria da segurança deste Estado.

Surpreende-me, Senhores e Senhoras Deputados, que venha um Deputado desta Casa ser contra o aumento do efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná. Se é em todo o Brasil, reclamada a melhoria da segurança, como ela pode ser feita senão com o aumento do efetivo das polícias militares, com o aumento do efetivo da Polícia Militar, principalmente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que nesta mensagem se instalará em minha cidade, na minha querida Guarapuava, o 16º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, que atenderá a uma reivindicação já feita aqui neste Legislativo desde 1987, onde teve por todos os Senhores Deputados aqui presentes, aprovados requerimentos de solicitação dessa instalação do aumento desse efetivo da Polícia Militar.

Mas, não é só a minha Cidade, o meu Município que terão as maiores condições na melhoria do efetivo da Polícia Militar, mas sim toda região do Centro-Oeste do Paraná, nos Municípios de Pinhão, Inácio Martins, Prudentópolis, Laranjeiras do Sul, Cantagalo, Pitanga, Turvo, Palmital, Altamira do Paraná e naturalmente o município sede que é Guarapuava.

Não posso concordar, porque esta vasta região do Centro-Oeste do Paraná, com vinte e três mil e setecentos quilômetros quadrados de área territorial, está carente, sem dúvida nenhuma de um maior efetivo, para maior segurança e a tranqüilidade daquela gente do Centro-Oeste do Paraná.

Não entendo, sinceramente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quando um Deputado desta Casa, que aqui vem muitas vezes reclamar daquilo que é a insegurança, porque muitas vezes veio aqui, neste mesmo plenário, nesta mesma tribuna dizer que há necessidade de uma segurança maior até para aqueles que ele defende, que são os trabalhadores rurais sem-terra.

É o equilíbrio sem dúvida nenhuma, Senhoras e Senhores Deputado, quando o Governo do Estado num esforço procura dar um aumento de mais de setecentos homens para a Polícia Militar do Paraná, criando lá também, naquela região o aumento do efetivo da polícia rodoviária, também necessário porque lá é a rota muitas vezes do tráfego de contrabando de veículos, principalmente para rota do Paraguai e de outros países. É por lá que passa um grande número de veículos furtados em todo o Brasil, por que não dizer.

Se nós, Deputados, que queremos a tranqüilidade da família paranaense e por que não dizer dos brasileiros que aqui residem também a tranqüilidade dos estrangeiros que nos visitam aqui na rota turística do Paraná. Como poderemos ser contrários à tranqüilidade, à segurança, à garantia de que nós chegaremos em nossas casas e encontraremos nossas famílias tranqüilas, nossa esposa, com nossos filhos, se não dermos as condições mínimas para a Polícia Militar nos dar essa garantia da tranqüilidade.

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, deixo aqui o meu veemente protesto, àquele Deputado do PT que vem aqui querer dizer, das coisas, mas na hora de agir é contrário. Aonde a coerência? Aonde está a sua condição de garantia também para a segurança dos seus afiliados, dos seus amigos, e dos seus correlegionários?

Não posso, Senhor Presidente, concordar, e aqui estarei quantas vezes for necessário, nesta tribuna, para garantir, sem dúvida nenhuma, a segurança da família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ouvimos com atenção os pronunciamentos que foram apresentados pelos Deputados dos diferentes partidos, a respeito desta questão.

O item segurança pública deve ser devidamente desenvolvido pelos poderes públicos. É a missão que lhes cabe. Isso aqui no Brasil, lá na Rússia e a polícia lá na Rússia teve oportunidade de massacrar aqueles que queriam a liberdade. Em Cuba também, lá está a polícia e uma polícia muito eficiente que não deixa nem sair os cubanos de lá, se quiserem. Na Nicarágua a mesma coisa.

Então, não venham querer dizer aqui que polícia deve ser deixada de lado e que há outras coisas prioritárias, etc, etc.

O Poder Público tem que ter a polícia. É certo que ela deve ser devidamente orientada, devidamente instruída, devidamente equipada para cumprir com a sua finalidade, seja aqui ou seja em outro país.

Entretanto, Senhor Presidente, não podemos confundir as coisas.

Questão relacionada com reforma agrária, com a terra ao povo, a casa ao cidadão, também deve ser promovido pelo Poder Público, mas na área respectiva, na área própria para isto.

E poderíamos ir longe nesta oportunidade, manifestando a nossa decepção. Passados tantos anos de governos que existem ainda e foram prometidos por estes mesmos governos, que iriam solucionar o problema do povo e lá não está solucionado este mesmo problema.

Então, não podemos "tapar o sol com a peneira", Sr. Presidente, Srs. Deputados. A nossa posição deve ser clara e sem demagogia. Se há necessidade de policiamento melhor, temos que ter policiais.

Esta é a realidade. Portanto, o nosso voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Em votação o Projeto de Lei nº 90/89. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina "Rodovia do Alcool" o trecho da PR-457, compreendido entre a sede do Distrito de Marisa e o Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR-082, no Município de São João do Ivaí, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 98, de 21.09.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 174/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade denominar "Rodovia do Alcool" o

trecho da PR-457 compreendido entre a sede do Distrito de Marisa e o Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR.082, no Município de São João do Ivaí, conforme específica.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
HERMAS BRANDÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 174/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Parlamentar Orlando Pessuti, o presente plano de lei visa denominar "Rodovia do Alcool" o trecho da PR-457 compreendido entre a sede do Distrito de Marisa e o Município de São Pedro do Ivaí, até o entroncamento com a PR.082, no Município de São João do Ivaí, conforme específica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a proposição, posicionou-se pelo parecer FAVORÁVEL, por entender estar de acordo com os termos do Regimento Interno e com as atuais normas vigentes.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, conforme lhe faculta o artigo 53 do Regimento Interno, compartilha com o entendimento da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO deste projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.09.88.

(aa) ACYR MEZZADRI - Presidente
ANTÔNIO BÁRBARA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/88, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que autoriza o Governo do Estado a expedir ao Município de Ponta Grossa, título de domínio pleno do imóvel denominado Botuquara, situado naquele Município. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 122, de 29.11.88).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de nº 730, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Encaminhe-se à Comissão Executiva.

Requerimento de nº 713, de autoria da

Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 714, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 715, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 716, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 717, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 718, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 719, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 720, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 723, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 724, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de nº 725, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 726, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 727, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 728, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 729, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 731, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para quinta-feira, dia 27, às 15:00 horas, uma Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Senhor Mathias Leh.

Marca, ainda, uma sessão ordinária para terça-feira, dia 02 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 69/89

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 217, 230, 246 e 249/88, e 58 e 90/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 174 e 324/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 224, 254, 256, 286, 290 e 317/88 e 295/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTÔNIO COSTENARO NETO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 1989.

"GREVE: JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO TEM CULPA?"

No momento em que redigimos esta matéria (que é entregue na redação uma semana antes de sua publicação), havia pasmo, surpresa e admiração em toda Curitiba e mais no Paraná inteiro. Verdadeiro enxame de greves - Pequenas, médias, grandes. Algumas com motivo: outras sem motivo nenhum. Determinados movimentos com lógica, merecendo apoio e aplauso; muitos outros sem-pé-nem-cabeça. A quase totalidade ordenada cientificamente por Partidos interessados mais do que nunca no confronto; duas das agremiações políticas ordenadas claramente em campanha por seus candidatos à Presidência da República, sem ou com barba, mas agitando: na agitação há platéias atenta para ouvir o apelo sempre agradável de mais salários e menos trabalho. Afinal quer no Brasil, quer fora dele, quando houver pergunta: "Quem quer ganhar mais??" certamente todas as mãos estarão erguidas. Do Coveiro ao Magistrado; do Advogado ao Gari; do Maquinista ao Médico - todo mundo acha, sempre e unicamente, que está ganhando realmente muito pouco perto do que merece. E "pouquíssimo", para o momento que passa.

E vai daí que só pela leitura dos jornais de um dia - repitamos, um dia, só - o que se vê é que o honrado Hospital Evangélico, dono de tantos serviços prestados ao Paraná, Curitiba, e em especial, está parado há dias e dias. O setor de gás de cozinha (que mal reiniciou suas atividades

depois de semanas de paralisação), manda avisar que vai fazer greve ... de novo! Já os empregados da SANEPAR (que estão ligados ao abastecimento de água e esgoto...) estão igualmente de braços cruzados. E os bravos eletricitários (líderados por Presidente chamado GAVIOSKI ...) passaram dez dias parados e dizem que vão continuar assim por mais tempo. Claro que o que se faz em termos de trabalho em Hospital; em distribuição de gás de cozinha; na captação, filtragem e distribuição de água - no tratamento e encaminhamento de esgotos; na produção, distribuição e controle de Luz e Energia fazem indiscutivelmente parte dos SERVIÇOS ESSENCIAIS. Claro, claríssimo, mesmo. Mas não é problema de tais grevistas. Muito menos de seus dedicados líderes, majestáticos líderes, pois não.

Gente "menos importante", todavia, ameaça greve para dentro de horas: nacionalmente devem parar os bancários. E fazem passear pelas ruas da urbe simpáticos trios elétricos, berrantíssimos, ignorantíssimos que, pelo bem do povo, para e pelo povo, não deixam ninguém trabalhar. E dizem que a greve será sem prazo para fim ... Os professores primários e secundários (de escolas particulares) estão de braços cruzados. Crianças em casa, férias forçadas; e as mensalidades correndo normalmente, é claro. Na respeitável PUC - a nossa Pontifícia Universidade Católica, greve por melhores salários. Os professores (que não são tantos assim - pois os que puderam não são professores universitários em faculdades particulares, já deixaram o barco há tempos) alegam que não ganham nem de longe o que os alunos (milhares) pagam de mensalidades (altíssimas). E no meio da briga universitária, grevistas, sobram gravetos e notas oficiais entre o Professor Aluizio Surgik (um dos cobrões de Direito Romano no Brasil) e a direção da entidade: o primeiro dizendo que não poderia ser demitido, como o foi, por ser portador de estabilidade sindical.

A segunda dizendo que não há tal estabilidade; e que correu simples demissão sem justa causa, com indenizações normais, sem perseguições ...

Tudo ao som de notícias litorâneas que confirmam "operação tartaruga" para portuários de Paranaguá. Neste justo momento os funcionários (públicos estaduais) do DETRAN completam seu terceiro dia de greve: querem CENTO E NOVENTA POR CENTO DE AUMENTO, SOBRE os vencimentos atuais e mais algumas coisitas extras ...

Ao mesmo tempo o Sindicato dos Comerciantes nega-se a aceitar pesquisa séria que indica que setenta por cento dos curitibanos quer abertura do Comércio aos sábados a tarde (como aliás já acontece em quase todo mundo civilizado) Bem: enquanto

isto na Cidade Industrial várias Empresas estão paradas por força de greves. Na respeitável Ford-New Holland, há mais de dez dias apenas quarenta por cento dos empregados comparecem ao trabalho. Os outros se dizem em greve! O Acordo Coletivo foi firmado em Novembro último; e os grevistas querem novo aumento, enquanto o pacto coletivo tem vigência ATÉ NOVEMBRO de 1989 ... A VOLVO - que é indiscutivelmente uma das Empresas que mais benefícios concede aos seus Empregados; e que igualmente paga os mais altos vencimentos da Região, também ameaçada (no dia em que redigíamos esta notícia), de paralisação. E ninguém se entende: acontece que haverá eleições no Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos ainda neste ano. A atual administração do Sindicato operário é apolítica e ANTI-CUT. E esta, a CUT, quer abocanhar mais um pedaço. Daí, desta briga de pelegos, pagam empregados e empregadores e ao final de tudo - nós todos, consumidores.

O pior de tudo é que a Justiça do Trabalho - abarrotada, sem funcionários, sem verbas, altamente carente de pessoal em todos os níveis - vai acionada em praticamente todos estes movimentos. E se safa como pode. Claro que não tem condições mínimas sequer, pelo acúmulo incrível de processos também coletivos, pela falta de elemento humano de primeiro a mil, de julgamento célere. Quanto mais totalmente pausado. Completamente sensatos e absolutamente justos. Como afirmou pessoalmente,

ao vivo e com testemunha o veterano Juiz Leonardo Abage, atualmente na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná): "Fazemos o máximo que podemos. Milagres são impossíveis. A Constituição criou este estado de pânico. Culpa alguma tem o Judiciário".

É isso aí: o encanecido Juiz - que conhecemos o advogado brilhante, companheiro de Kraci Neto, de Dante Leonelli, de Milton Viana - depois Juiz Substituto por força de Constituição mais tarde esforçado Juiz Presidente do TJRJ, titular; subindo - Juiz do Tribunal Regional - na Presidência, agora; caminhando gloriosamente para seus setenta anos de idade que, infelizmente o vão afastar compulsoriamente do Tribunal da terra, o veterano Juiz, o respeitado Professor de Direito do Trabalho, calejado pela vivência (intensa) de mais de cinquenta anos de juslaboralista - **ESTÁ ABSOLUTAMENTE CERTO! A JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO TEM CULPA NENHUMA DESTES CAOS!** Nem mesmo por alguns julgados apodáveis, frutos do cansaço e exaustão.

Culpa é da falta de Lei. **PRECISAMOS URGENTE DE REGULAMENTAÇÃO AO DIREITO DE GREVE.**

Chega de baderna. A paz é necessária. Peçamos a Deus que nos ajude: iluminando aos Legisladores Federais às suas obrigações mínimas para com o País e Brasileiros. Afinal, convém lembrar (enquanto é tempo) que...**QUEM NÃO TEM O QUE PERDER, NÃO PERDE NADA!**"